MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Portaria n.º 256/89

de 8 de Abril

Considerando que o Decreto-Lei n.º 292/88, de 24 de Agosto, determina a integração dos funcionários pertencentes à coluna II do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Pública nos quadros dos serviços ou organismos em que se encontrem a prestar serviço em regime de destacamento, requisição ou comissão de serviço, desde que satisfaçam necessidades permanentes de serviço;

Considerando que se encontram nesta situação funcionários em actividade na Direcção-Geral das Comunidades Europeias e que no quadro de pessoal do Mi-

nistério dos Negócios Estrangeiros não existem lugares que permitam a sua integração:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, o seguinte:

1.º O quadro I de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aprovado pela Portaria n.º 411/87, de 15 de Maio, é aumentado dos lugares constantes do mapa anexo ao presente diploma, os quais serão extintos à medida que vagarem.

2.º Esta portaria produz efeitos a partir de 29 de Agosto de 1988, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 292/88, de 24 de Agosto.

Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.

Assinada em 27 de Março de 1989.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, *José Manuel Durão Barroso*, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

MAPA ANEXO

Grupo de pessoal	Nível	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares	Letra de vencimento
Administrativo	—	Administração	Oficial administrativo ...	Segundo-oficial	2	L

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA AGRICULTURA, PISCAS E ALIMENTAÇÃO

Portaria n.º 257/89

de 8 de Abril

A Direcção de Serviços de Apoio Técnico-Administrativo, criada na estrutura orgânica do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação pelo Decreto-Lei n.º 310-A/86, de 23 de Setembro, foi regulamentada pelo Decreto Regulamentar n.º 11/88, de 9 de Março, competindo-lhe apoiar a organização e gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais no âmbito do sector administrativo das pescas e prestar apoio técnico-administrativo ao gabinete do respectivo membro do Governo.

Considerando que o tipo de funções em que se traduz a competência desta Direcção de Serviços requer do respectivo titular uma experiência específica, nomeadamente na área jurídico-administrativa sectorial, bem como especial qualificação profissional na área de organização e gestão de recursos humanos;

Considerando o disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação, o seguinte:

1.º É alargada a área de recrutamento para o provimento do cargo de director de serviços da Direcção de Serviços de Apoio Técnico-Administrativo do quadro de pessoal desta Direcção de Serviços, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 11/88, de 9 de Março,

a técnicos superiores de 1.ª classe habilitados com licenciatura em Direito e com experiência profissional comprovada na área de organização e gestão de recursos humanos.

2.º O despacho de nomeação deve ser acompanhado do currículo do nomeado.

Ministérios das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 16 de Março de 1989.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *Jorge Manuel de Oliveira Godinho*, Secretário de Estado das Pescas.

Portaria n.º 258/89

de 8 de Abril

Considerando a existência, na estrutura do Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas, de uma Divisão de Planeamento e Coordenação, que tem como atribuições principais a preparação dos planos sectoriais de desenvolvimento, a compatibilização dos planos e programas plurianuais dos organismos dependentes e tutelados pela Secretaria de Estado das Pescas, bem como a elaboração dos programas de investimentos anuais, de âmbito nacional e regional, com estreita consonância com os objectivos de desenvolvimento e consolidação do sector, o acompanhamento da execução dos planos e projectos do desenvolvimento e, bem assim, a afectação de recursos humanos e financeiros;

Considerando que o exercício da chefia daquela Divisão impõe, para além de perfil adequado, uma expe-